

ENTREVISTA DUARTE D'ATHAYDE 'Managing Partner' Abreu Advogados

“O nível de literacia jurídica em Portugal ainda é baixo”

Relatório de Sustentabilidade 2015-2017 da Abreu Advogados mostra que a firma reduziu a impressão de papel em 65% com gestão 'paperless' e aumentou a percentagem de mulheres para 60%.

MARIANA BANDEIRA
E ANTONIO SARMENTO
 mbandeira@jornaleconomico.pt

O último relatório de Sustentabilidade da Abreu Advogados (2015-2017) mostra que, durante este período, medidas como o 'Paper@less' permitiram à sociedade reduzir o consumo de papel em 65% e diminuir as toneladas de carbono emitidas de 498 para 351. O documento tem ainda em conta indicadores as publicações do Instituto de Conhecimento (187), o volume de negócios (24,6 milhões de euros, mais 24% que no biénio 2013-2014) ou as atividades *pro bono*. Em entrevista ao Jornal Económico, Duarte d'Atayde, *managing partner*, afirma que, este ano, o relatório foi transformado em vídeo para "chegar a mais pessoas" e seguir a tendência da informação "num formato mais leve".

A que se deve esta preocupação com a sustentabilidade?

De certa forma tem a ver com a nossa identidade e é inerente à forma como nós nos vemos. Nascermos como uma sociedade de advogados que se quis sempre institucional e perdurar para além da vida dos seus sócios fundadores. Uma sociedade de advogados que quer perdurar no tempo tem de se preocupar com a sustentabilidade e aquilo que vai acontecer no futuro e com a utilização dos recursos hoje, para que possam ser reutilizados pelas gerações futuras.

O relatório foi feito por quem?

Por nós. Somos nós que damos uma fotografia daquilo que temos feito em termos de sustentabilidade nos últimos anos. Mas, depois, temos um grupo externo de sustentabilidade que faz a autenticação, que olha para aquilo que produzimos, vê e verifica. Dão a sua opinião e participam também na elaboração do relatório. Ou seja, a base é dada por nós mas depois te-

mos um painel de entidades externas, independentes que olham para o que nós fizemos e validam.

É o quinto que fazemos. O primeiro foi em 2007/2008, o que significa que estamos há praticamente 10 anos a cobrir aquilo que a sociedade em termos de sustentabilidade e denota a preocupação que temos com a sua sobrevivência enquanto instituição. Surgiu a ideia logo no início, quando ninguém o tinha feito na área do Direito. É uma situação bastante ímpar em termos de sociedade de advogados e também de empresa portuguesa. Não é todos os dias que uma empresa tem este histórico de sustentabilidade relatado numa sequência destas. Destaco a nossa evolução.

Em que indicadores houve maior evolução?

Transformámo-nos muito desde 2007, começando pelos indicadores básicos de uma sociedade: triplicámos em número de advogados e de colaboradores, em volume de negócios e em número de clientes. Mas também muita coisa mudou nos indicadores típicos de sustentabilidade: menor emissão de CO₂, melhor utilização de transportes, ter uma sede que é um edifício inteligente e que tem uma utilização sustentável da luz. Evoluí também muitíssimo a composição da equipa, que hoje em dia é composta por 60% de mulheres e as horas de formação que damos às pessoas e o trabalho *pro bono*. Penso que hoje em dia a preocupação com a sustentabilidade está cada vez mais difusa pelas empresas, e todos os *stakeholders* se preocupam com ela: fornecedores, colaboradores, clientes... Eles próprios preocupam-se em ser sustentáveis e em trabalhar com uma sociedade de advogados que tenha uma utilização sã dos recursos.

O que torna esta sede um "edifício inteligente"?

Houve uma preocupação desde o início no projeto e depois na execução de estabelecer sistemas de iluminação natural para gastarmos menos energia elétrica. Temos sistemas de ar condicionado e outros sistemas que são 'state of the art'. Por outro lado, no próprio funcionamento do escritório, procurámos alguns elementos que nos permitissem ser mais eficientes, por exemplo em relação ao papel. Adotámos um sistema que não significa que as pessoas não possam ter papel para tomar as suas notas e escrever - isso seria impossível de eliminar de um dia para o outro - mas só arquivamos o que é um documento oficial. O resto está arquivado mas não de forma física. Por isso, os gastos de papel reduziram muitíssimo nos últimos dois anos.

Como é que passaram a usar de transportes alternativos e reduziram deslocações?

Apostámos muito nos sistemas de videoconferência. Entre os três escritórios as nossas conversas são integradas. É como se no Porto, em Lisboa ou no Funchal estivessem sentados na mesma mesa. Mas não só. Quando nós mudámos para a nova sede, havia uma preocupação enorme dos advogados e dos colaboradores com a acessibilidade a este local. Quando começámos a obra o ambiente era um caos. Curiosamente, estes receios desapareceram. As pessoas acedem ao escritório muito facilmente, têm duas estações de metro, vários transportes alternativos, podem vir de bicicleta e até de trotineta. As pessoas deixaram de reclamar. Ao contrário da nossa anterior, onde havia grande preocupação de lugares de estacionamento. Hoje em dia, a nossa procura interna por esses lugares não é assim tanta. Também um sinal de que a cidade está a mudar.

O relatório também está focado em parcerias. Quais?

Temos várias parcerias na sustentabilidade. Desde logo uma importante com a Bcorporation, uma associação internacional que atribui uma certificação a negócios e empresas que se preocupam com a sustentabilidade. A Bcorporation tem como filosofia que não é preciso ser a melhor empresa do mundo, é preciso ser a melhor empresa para o mundo para a sustentabilidade. Depois, somos membros de outras associações como a Connect to Success, uma associação que apoia pequenas e médias empresas que são geridas e detidas por mulheres.

A nível das atividades *pro bono*, como é o regime da sociedade?

Somos muito solicitados para fazer trabalho *pro bono* e temos uma comissão própria que distribui o trabalho internamente. Os advogados



que trabalham nesses dossiês registam as suas horas, que são consideradas horas de trabalho com cliente. Ou seja, a sociedade assume que aquelas horas têm um valor para efeito de avaliação e distribuição de resultados entre os nossos advogados. Claro que não o fazem só por causa disso, fazem-no porque gostam. E isso faz com que o advogado se lembre da razão pela qual quis inicialmente vir para a advocacia: ajudar outros que precisavam.

A sustentabilidade contribuiu a subida no volume de negócios?

A sustentabilidade não é um negócio. Não contribuiu para o número. O que eu acho é que a sustentabilidade exige transparência e a transparência faz-nos falar dos nossos números. Daí falarmos da nossa faturação. Mas não resulta da sustentabilidade.

Mas não há muitas sociedades que divulguem estes números...

Não há obrigação de divulgar mas há quem ache que é útil para os

“
 Contribuir para
 a reflexão no setor
 jurídico sobre
 responsabilidade
 social e reforçar
 o envolvimento
 dos colaboradores
 nesta estratégia
 são dois
 compromissos
 para 2017-2020



Cristina Bernardo

stakeholders, clientes e fornecedores saberem qual é o nosso resultado. E também há quem ache que não é útil. É um benefício que cada um pode lançar mão ou não: o ser mais transparente.

Como está o trabalho do Instituto do Conhecimento?

O Instituto do Conhecimento continua o seu trabalho há anos. Foi dos pioneiros neste tipo de criação, e temos um prémio que atribuímos de dois em dois anos: premiamos uma tese de mestrado e de doutoramento. Funciona como plataforma de entendimento com o meio académico e como divulgação do conhecimento do Direito. É um instituto que é estratégico para nós e está bastante relacionado com a ideia que temos de sustentabilidade, de literacia e de divulgação do conhecimento.

Por que duplicaram as horas de formação, de 4.471 em 2015 para 8.411 em 2017?

Tem a ver com a visão estratégica. Crescemos muito e, em certo momento, precisámos de nos

consolidar e de melhorar. Apos-támos na formação quer em áreas jurídicas quer nas de suporte das próprias equipas como forma de as tornar mais eficientes. Trabalhamos também em cooperação estreita com várias universidades para levar aos estudantes algum conhecimento sobre o que é ser advogado e o que implica estar numa sociedade. Temos alguns professores de Direito que integram a nossa equipa quer como sócios quer como consultores e temos desenvolvido alguns programas como o "Justiça para Todos" para a consciencialização da importância da justiça. É curioso ver como as pessoas aderem a este tipo de iniciativa.

Os portugueses estão bem pontuados na literacia jurídica?

Na minha opinião, o nível de literacia ainda é baixo e tem campo para melhorar e para todos nós trabalharmos. É difícil dizer isso numa época em que, não só em Portugal, a legislação é de uma quantidade enorme. Às vezes diz-

-se que não há Estado de Direito se não houver lei mas se houver lei a mais também às tantas não há Estado de Direito porque as pessoas são obrigadas a conhecer uma realidade que não conseguem abranger. Aí mais importante ainda é a função de um escritório de advogados: tentar orientar as pessoas. Portugal é um país onde o recurso ao Direito não está tão desenvolvido quanto outros países, com economias mais fortes. Portugal tem ainda um campo de progresso. Isto aconteceu porque, historicamente, a nossa justiça era muito lenta, não dava resposta imediata, e as pessoas deixavam-se cair naquela coisa de «não vale a pena». Ao longo dos anos, com o progresso enorme na justiça em Portugal – é lento mas vai acontecendo e é visível – melhorou. Por outro lado, melhora a perceção das empresas de que há que recorrer ao Direito numa fase não só de litígio mas numa fase de construção das bases das relações jurídicas para que nunca se chegue a um litígio. É algo que existe muito mais lá fora. ●